

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Júlya Eduarda Pereira Lourenço

ENTRE O CORPO E A CASA: UMA ANÁLISE FEMINISTA SOBRE O CUIDADO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Helena Rizzatti

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **JÚLYA EDUARDA PEREIRA LOURENÇO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número **201873093A** declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ENTRE O CORPO E A CASA: UMA ANÁLISE FEMINISTA SOBRE O CUIDADO**, desenvolvido durante o período de **20 DE ABRIL DE 2025** a **28 DE JULHO DE 2025** sob a orientação de HELENA RIZZATTI, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 28 de julho de 2025.

JÚLYA EDUARDA PEREIRA LOURENÇO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de (x) 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

ENTRE O CORPO E A CASA: UMA ANÁLISE FEMINISTA SOBRE O CUIDADO

Júlya Eduarda Pereira Lourenço¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise crítica do cuidado a partir de uma perspectiva feminista materialista, com ênfase na teoria da reprodução social. Partindo do entendimento de que o cuidado é uma necessidade universal e uma prática historicamente atribuída às mulheres, discute-se como essa atividade foi sistematicamente desvalorizada e invisibilizada dentro da lógica capitalista. A partir das contribuições de autoras como Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, o estudo investiga como o trabalho doméstico e de cuidado, geralmente não remunerado, sustenta a produção capitalista ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades de gênero, raça e classe. O corpo feminino e a casa são abordados como territórios de exploração e controle, ao passo que o cuidado é compreendido não apenas como uma atividade afetiva, mas como um trabalho fundamental à sustentação da vida. A partir disso, discute-se como a divisão sexual do trabalho e a ideologia da domesticidade naturalizaram a centralidade das mulheres nos espaços privados, relegando-as à função de cuidadoras. Como forma de ilustrar empiricamente essas contradições, analisa-se a experiência da Cozinha Solidária 9 de Julho, situada em São Paulo, que ressignifica o cuidado coletivo em uma perspectiva política e de resistência. A pesquisa busca contribuir para o debate sobre o papel do cuidado na organização social e econômica contemporânea, reforçando a urgência de sua valorização como trabalho essencial à reprodução da vida, e não como uma atribuição naturalizada às mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho doméstico. Corpo feminino. Reprodução Social. Trabalho de cuidado. Cozinha 9 de Julho.

1. INTRODUÇÃO

Quando se discute o cuidado, persiste no imaginário social a ideia de que ele é um atributo “natural” das mulheres, justificado por características tradicionalmente associadas à feminilidade — como sensibilidade, paciência e delicadeza. Essa associação, contudo, é resultado de construções históricas, sociais e econômicas que, como apontam os estudos feministas, sustentam e naturalizam as desigualdades entre os sexos em uma sociedade patriarcal. Ao longo da história, o patriarcado atribuiu às mulheres o papel de cuidadoras, relegando-as ao espaço doméstico e desvalorizando esse trabalho, tanto simbólica quanto materialmente.

Entende-se, no entanto, que o cuidado é uma necessidade humana fundamental, e deve ser reconhecido como um direito social — e não como responsabilidade moral ou natural de um único gênero. Em vez disso, trata-se de um elemento central nos conflitos e contradições da sociedade capitalista, que se apoia na exploração do trabalho reprodutivo para sustentar o produtivo.

Silvia Federici chama atenção para a urgência de redistribuir a riqueza social e construir formas coletivas de organização do cuidado, retirando esse trabalho da invisibilidade e incorporando-o às agendas de justiça social e transformação política. A crítica não se limita ao espaço doméstico, mas alcança toda a lógica capitalista que externaliza os custos da reprodução da vida às mulheres, naturalizando esse ônus. (FEDERICI, 2015)

Nesse sentido, ressalta-se que a divisão sexual do trabalho se manifesta na separação entre trabalho produtivo remunerado — historicamente associado aos homens — e trabalho reprodutivo não remunerado, atribuído às mulheres. Essa separação reproduz ideologias como a do homem provedor e da mulher cuidadora, e reforça a noção das mulheres como força de trabalho secundária. Ao mesmo tempo, promove uma hierarquização entre atividades “masculinas” e “femininas”, valorizando funções ligadas à produção e desvalorizando as tarefas de cuidado, vistas como extensões “naturais” da vida doméstica feminina. (VASCONCELLOS, 2009)

Essas tarefas, embora realizadas no plano doméstico, têm efeitos materiais concretos na reprodução da força de trabalho. O cuidado afetivo, muitas vezes ignorado ou romantizado, é responsável por garantir a

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Helena Rizzati.

estabilidade subjetiva dos trabalhadores, preparando-os para enfrentar a lógica exaustiva e disciplinar do mercado. Assim, o debate sobre cuidado, longe de ser secundário, revela-se estrutural para compreender as relações entre gênero, capital e reprodução da vida.

É a partir dessa perspectiva que este trabalho se propõe a debater as condições materiais, simbólicas e políticas em que o cuidado é realizado — especialmente por mulheres —, visibilizando sua centralidade no funcionamento do capitalismo e sua potência como eixo de transformação social. Nos últimos anos, os debates feministas têm lançado luz sobre o papel invisibilizado das mulheres na manutenção da vida cotidiana, especialmente por meio do trabalho doméstico.

Partindo da noção de que o trabalho doméstico é o fomentador do capitalismo a partir da certeza de que é um trabalho de reprodução social, o presente artigo tem como base o livro *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico e luta feminista* de Silvia Federici, buscando trazer o significado de trabalho doméstico e reprodutivo como forma de doutrinação feminina, além de sua face reprodutora, a grande invisibilização que existe e seu papel dentro do sistema capitalista — frequentemente gratuito, desvalorizado e majoritariamente executado por mulheres.

Ademais, o artigo busca ressaltar como o corpo e o cuidado entram na dimensão política da casa através de uma noção sobre o que é o cuidado e em qual esfera esse cuidado se encontra dentro do controle invisível que existe. Ao articular teoria e realidade empírica, será analisado também o caso da Cozinha 9 de Julho como expressão concreta de resistência e reinvenção do cuidado coletivo em meio à crise.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O TRABALHO DOMÉSTICO

O significado atribuído ao trabalho pode ser investigado por diversas disciplinas sob múltiplas abordagens teóricas. Entretanto, a definição do que constitui o trabalho é um ponto de partida essencial. A partir da ótica marxista, o trabalho é compreendido, de modo geral, como a capacidade humana de transformar a natureza para suprir suas necessidades (MARX, 1993).

Sob uma perspectiva sociológica, Antunes (2000) enfatiza a relação entre trabalho e sentido na realidade contemporânea. Para ele, uma vida significativa fora do trabalho depende, necessariamente, de uma vivência significativa dentro dele. O trabalho assalariado, alienado e fetichizado é incompatível com sentimentos de realização, pertencimento e satisfação. Assim, a ausência de sentido no trabalho compromete a possibilidade de sentido em outras esferas da vida.

Sendo assim, o trabalho precisa representar, para o sujeito, um espaço inicial de realização. Quando é autônomo, autodeterminado e livre, ele favorece a apropriação consciente do tempo livre, fundamental para o processo de emancipação humana. A busca por sentido no trabalho revela, portanto, conexões fundamentais entre o labor e a liberdade (ANTUNES, 2000).

O trabalho carrega significados tanto individuais quanto sociais: garante a sobrevivência, estrutura identidades, dá propósito à existência e molda a subjetividade. É valorizado tanto por correntes capitalistas quanto marxistas — ainda que com fundamentos distintos. No pensamento capitalista, a valorização ocorre por meio da propriedade privada e da mais-valia. Já na perspectiva marxista, o trabalho como mercadoria, controlado pelos detentores do capital, esvazia-se de sentido para o trabalhador, que se vê privado de sua liberdade criativa, atuando de maneira alienada diante do processo produtivo (MARX, 1993). Assim, o sentido do trabalho, em sua dimensão social e psicológica, está diretamente vinculado às condições históricas e ao modo como o sujeito constrói significados. Trata-se, portanto, de uma construção dinâmica e nunca finalizada.

No plano individual, um trabalho com sentido é aquele que se alinha aos valores éticos da pessoa, gera prazer, promove crescimento pessoal e valorização, e é realizado com clareza de propósito. O aspecto financeiro é citado, mas ocupa lugar secundário, sendo considerado importante sobretudo pela liberdade que proporciona, e não como um fim em si. Em contraste, trabalhos que contradizem os valores pessoais, não favorecem o desenvolvimento ou não oferecem reconhecimento tendem a ser percebidos como desprovidos de sentido. (ANTUNES, 2000). Diante dos diversos tipos, meios e possibilidades de trabalho, focaremos no trabalho doméstico (remunerado e não remunerado) como forma de cuidado em diversas instâncias sociais e políticas.

O trabalho doméstico, historicamente associado às mulheres, foi por muito tempo negligenciado pelas instâncias jurídicas brasileiras. Mesmo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que

representou um avanço na proteção legal de diversas categorias, essa forma de labor permaneceu à margem da legislação até 2013, marcada por uma profunda invisibilidade jurídica. Diante disso, torna-se necessário examinar os determinantes históricos que moldaram essa atividade, suas principais características e as narrativas sociais que lhe conferiram forma ao longo do tempo.

No contexto brasileiro, o trabalho doméstico é notoriamente marcado pela presença de mulheres negras, pela informalidade e por condições salariais precárias — como apontado pelo Dieese (2005). O órgão destaca que a alta vulnerabilidade da mulher negra no mercado de trabalho está relacionada à sua expressiva presença nesse setor. Trata-se de uma ocupação tradicionalmente feminina, socialmente desvalorizada, caracterizada por baixos salários, jornadas extensas, vínculos empregatícios frágeis e, em muitos casos, ausência de contribuição previdenciária (DIEESE, 2005). Esse cenário demanda reflexão sobre como essa atividade se consolidou no Brasil como uma ocupação feminina, majoritariamente negra e socialmente excludente.

Pesquisadores das áreas de raça, gênero e trabalho doméstico apontam conexões profundas entre essa atividade e o legado colonial escravista. Kofes, em seu livro *Mulheres, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*, observa que, no período colonial, a associação entre determinadas funções, a hierarquia entre mandar e obedecer, e as distinções raciais eram consideradas naturais, estabelecendo uma equivalência simbólica entre o tipo de trabalho e quem o executava. Essa lógica racista e classista deixou marcas profundas nas estruturas laborais brasileiras. (KOFES, 2001)

Ao longo do tempo, homens e mulheres contribuíram para a produção e reprodução da vida social. No entanto, a distribuição dessas responsabilidades sempre foi desigual. Até tempos recentes, nos países ocidentais, o trabalho remunerado era quase exclusivamente atribuído aos homens. Nas últimas décadas, esse cenário passou por transformações significativas com a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho (GIDDENS, 2004). O mercado de trabalho é um dos principais espaços onde se constroem, cotidianamente, as desigualdades entre homens e mulheres. Compreender a posição feminina no mundo do trabalho é também entender seu lugar na sociedade. (HIRATA, 2009, p.86)

Contrariando a ideia de que o trabalho feminino é uma novidade histórica, vê-se que as mulheres sempre trabalharam — inclusive em atividades pesadas (ALBORNO, 1987). Há o reforço que, em sociedades pré-industriais, mulheres atuavam na agricultura e no artesanato, muitas vezes em regime familiar e no próprio espaço doméstico. Com o avanço da industrialização, surgiu uma separação entre o lar e o local de trabalho. Os homens passaram a ocupar o espaço público, enquanto as mulheres foram relegadas à esfera privada, responsáveis pelos cuidados com a casa e a família. Entretanto, essa divisão não se aplicava de forma igualitária a todas: mulheres das classes abastadas contavam com o trabalho de criadas e empregadas; já as mais pobres, além de cuidar de seus lares, precisavam trabalhar fora para complementar a renda familiar. (GIDDENS, 2004)

A era industrial marca um ponto de inflexão nas discussões sobre o trabalho feminino. A introdução de máquinas reduziu a importância da força física, e o capital passou a demandar uma força de trabalho mais submissa, explorando a fragilidade econômica das mulheres. Isso resultou em sua crescente inserção no setor fabril, afastando-as ainda mais do espaço doméstico (ALBORNO, 1987). Desde então, a participação feminina no trabalho remunerado cresceu continuamente. Há apontamentos como causas desse fenômeno a necessidade de ampliação da renda familiar, transformações nas estruturas familiares e o desejo de realização pessoal por parte das mulheres. (GIDDENS, 2004)

Esse processo implicou em mudanças significativas nas dinâmicas familiares e nas divisões de tarefas dentro do lar. Com a inserção feminina no mercado de trabalho, emergiu a necessidade de renegociar o papel dos homens na criação dos filhos e na manutenção da casa, promovendo, em alguns contextos, relações mais igualitárias. Contudo, a entrada das mulheres no mundo do trabalho não foi acompanhada por uma redistribuição equivalente das tarefas domésticas. Muitas trabalhadoras continuam responsáveis pelo cuidado do lar, enfrentando, assim, uma dupla jornada (BARBOSA, 2011).

2.1.1 O Trabalho doméstico como trabalho reprodutivo e sua invisibilização

O trabalho do cuidado, na esfera do trabalho reprodutivo não remunerado, pode ser uma atividade específica de alimentar uma criança ou auxiliar um familiar idoso no banho, e também os cuidados da saúde, que engloba o cuidado em saúde mental ou cuidado afetivo-emocional, dimensão do cuidado ainda mais invisibilizada dentro do trabalho oculto da reprodução social. Em um cenário atual, essa responsabilidade torna-se quase sobre-humana, exigindo a negação de seus próprios medos e fragilidades. A internalização desse

tipo de cuidado como obrigação feminina reforça a naturalização do trabalho emocional não remunerado — uma dimensão central da reprodução social e ainda amplamente invisibilizada. (AFFONSO, 2021)

É neste contexto que se insere a discussão sobre o cuidado afetivo-emocional como parte integrante do trabalho reprodutivo. Situado no interior das atividades domésticas, esse tipo de cuidado permanece majoritariamente feminizado, sendo, portanto, atravessado por marcadores de gênero. Assim, a análise proposta neste artigo localiza o cuidado emocional não como exceção pandêmica, mas como continuidade de uma lógica que atribui às mulheres a responsabilidade afetiva e psíquica pela manutenção dos vínculos e do

Para compreender o que está em jogo nesse tipo de trabalho, é fundamental retomar o debate sobre o chamado “trabalho afetivo” proposto por Michael Hardt e Antonio Negri. Esses autores inserem tal conceito no escopo da teoria do trabalho imaterial, desenvolvida nas obras *Império* (2001), *Multidão* (2005) e *Bem-estar Comum* (2016). O trabalho imaterial, segundo eles, é caracterizado pela produção de bens intangíveis — como conhecimento, afetos, códigos, imagens e subjetividades — e rompe com as clássicas distinções entre trabalho manual e intelectual, produção e reprodução, tempo útil e tempo livre. (AFFONSO, 2021)

Hardt e Negri argumentam ainda que, no capitalismo contemporâneo, a afetividade se tornou elemento central da força de trabalho, dado o caráter interativo e subjetivo das ocupações imateriais. Para eles, esse tipo de trabalho passa a ser compartilhado entre homens e mulheres, o que indicaria uma suposta dissolução da divisão sexual do trabalho. Contudo, essa perspectiva tem sido amplamente criticada por feministas, por desconsiderar as desigualdades estruturais que sustentam a distribuição real das tarefas emocionais e reprodutivas. (AFFONSO, 2021)

Silvia Federici (2019) oferece uma leitura crítica da teoria de Hardt e Negri, argumentando que a noção de trabalho afetivo, embora ilumine aspectos relevantes da mercantilização da reprodução, negligencia a continuidade da exploração do trabalho doméstico feminino não remunerado. Para ela, o uso generalizante do conceito obscurece os avanços promovidos pelo movimento feminista dos anos 1970 e apaga as lutas travadas pelas mulheres na esfera da reprodução (FEDERICI, 2019).

Federici ainda destaca que a base empírica da teoria do trabalho imaterial é frágil e que sua proposta política apresenta inúmeras contradições. Questiona, por exemplo, a tese de que a economia capitalista atual depende majoritariamente de formas imateriais de produção, argumentando que o verdadeiro motor da acumulação reside na intensificação da exploração de camadas inteiras de trabalhadores informais, como camponeses expropriados e donas de casa — sujeitos que realizam trabalho não contratual e não remunerado em escala global (FEDERICI, 2019, p. 332). No caso brasileiro, soma-se a isso a presença das trabalhadoras domésticas, historicamente marcadas pelos legados da escravidão e por um processo de abolição incompleto, cujos efeitos persistem e moldam suas trajetórias sociais.

Ao discutir o conceito de “afeto”, Federici esclarece que este não remete a emoções ternas, mas sim à nossa capacidade de ser afetado e de afetar outros em fluxos contínuos de troca e interação (FEDERICI, 2019). Essa definição aproxima-se da noção de “trabalho emocional” desenvolvida por Arlie Hochschild nos anos 1980. Em sua obra *O Coração Gerenciado: a comercialização do sentimento humano*, Hochschild analisou o trabalho emocional de comissárias de bordo — mulheres treinadas para transmitir segurança, neutralizar ansiedades e oferecer acolhimento como parte de sua atividade laboral. (AFFONSO, 2021)

Para Federici (2019) ao retomar a teoria do trabalho afetivo formulada por Hardt e Negri se aproxima do conceito de Hochschild, na medida em que descreve o trabalho de produzir ou manipular afetos com o objetivo de gerar bem-estar, entusiasmo ou alívio (FEDERICI, 2019, p. 341). No entanto, a diferença está no fato de que Hochschild reconhece a centralidade das mulheres nesse tipo de trabalho, evidenciando como são socializadas desde cedo a administrar emocionalmente os outros — algo ausente na abordagem de Hardt e Negri. (AFFONSO, 2021)

Ao focar na forma assalariada e na esfera dos serviços, a teoria desses autores corre o risco de encobrir um elemento essencial do capitalismo: sua dependência estrutural do trabalho reprodutivo desvalorizado e não remunerado, especialmente aquele realizado por mulheres (FEDERICI, 2019). Esse apagamento é politicamente problemático, pois desconsidera as formas silenciosas — porém fundamentais — de sustentação da vida, bem como as resistências cotidianas que se manifestam na prática do cuidado.

O trabalho doméstico — remunerado ou não — permanece invisível porque se confunde com os cuidados atribuídos historicamente às mulheres. Por não gerar lucro direto nem estar voltado ao mercado, não é reconhecido como trabalho produtivo. Realizado em um tempo socialmente desconsiderado e associado à “natureza feminina”, ele continua sendo uma das ocupações mais antigas e fundamentais desempenhadas por mulheres, ainda que raramente valorizada.

Como destacam Betânia Ávila, Carmen Silva e Verônica Ferreira em “Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo” (2005), essa forma de trabalho é indispensável não apenas à manutenção da vida cotidiana, mas também ao funcionamento da própria economia. Ainda assim, permanece ausente das métricas tradicionais de valor. Diante disso, o pensamento feminista passou a questionar por que apenas a produção voltada ao mercado é reconhecida como geradora de valor, se a reprodução — constantemente oferecida ao sistema — é essencial à sua continuidade. O trabalho doméstico revela, assim, uma das principais contradições do capitalismo: a separação entre produção e reprodução, público e privado, visível e invisível — uma divisão que sustenta tanto a exploração econômica quanto a desigualdade de gênero.

2.2. O TRABALHO DOMÉSTICO NA LÓGICA CAPITALISTA

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho formal provocou uma reorganização parcial do trabalho doméstico, que passou a ser, em certa medida, absorvido pelo setor de serviços. Com o avanço da indústria de serviços — hoje o principal ramo econômico do ponto de vista do emprego —, atividades tradicionalmente realizadas no lar foram terceirizadas ou mercantilizadas: refeições passaram a ser feitas fora de casa, roupas lavadas em lavanderias ou tinturarias, alimentos adquiridos prontos para consumo (FEDERICI, 2019). Essa transformação, no entanto, não eliminou a responsabilidade das mulheres pelo trabalho reprodutivo, apenas alterou suas formas de execução e controle.

No interior da lógica capitalista, o trabalho reprodutivo da mulher — especialmente o trabalho doméstico não remunerado — é fundamental para garantir a reprodução da força de trabalho. Autoras como Garcia Castro (1980) e Verena Stolcke (1980) apontam que, sob a ótica burguesa, a naturalização da família e a gratuidade do trabalho feminino são estratégias que visam à redução dos custos de reprodução dos(as) trabalhadores(as) (*apud* BRISOLLA, 1982, p. 9). O trabalho realizado pelas donas de casa é imprescindível para a recuperação física e emocional dos homens inseridos na lógica produtiva, tornando-se um elemento-chave para a manutenção da economia capitalista, mesmo sem reconhecimento monetário. (BRISOLLA, 1982)

Ainda que o trabalho doméstico desempenhe um papel crucial na reprodução da vida e da força de trabalho, ele permanece ausente dos indicadores oficiais — como o Produto Interno Bruto — e das categorias reconhecidas de trabalho. A relação assalariada camufla a subordinação das relações familiares às dinâmicas de produção capitalistas, ocultando que o trabalho não pago prestado pelas mulheres é, de fato, produtivo, pois contribui diretamente para a acumulação de capital. O salário, assim, torna-se uma forma de mascaramento: ele esconde não só a exploração do trabalho assalariado, mas também o papel central do trabalho não remunerado na engrenagem do sistema. (FEDERICI, 2019)

A esse respeito, Negraes Brisolla evidencia que o capitalismo consegue ajustar a reprodução da força de trabalho às suas necessidades: por meio da introdução de novas tecnologias, da liberação de contingentes populacionais e da destruição de esferas que não estão subordinadas diretamente ao capital, como o espaço doméstico e o campo. Para que os indivíduos dependam do sistema capitalista e se submetam à lógica do salário, é necessário que sejam privados de seus meios de subsistência autônoma. A expropriação da terra, por exemplo, é uma forma de forçar a proletarianização e assegurar um fluxo contínuo de trabalhadores disponíveis para o mercado. (BRISOLLA, 1982)

De acordo com estudos, o trabalho reprodutivo, ao contrário do produtivo, não gera mercadorias imediatamente. Mas é justamente ele que produz o “produto” mais valioso do sistema capitalista: a força de trabalho humana (GÓIS, 2019). Silvia Federici argumenta que a imposição histórica do trabalho doméstico às mulheres esteve sempre associada a uma ideia de natureza feminina, reforçada pela ausência de remuneração e pela ideologia do amor — como se cuidar fosse uma vocação, e não uma função social determinada. No entanto, cuidar vai muito além de limpar, cozinhar ou organizar a casa: significa manter fisicamente, emocionalmente e sexualmente os assalariados aptos para o trabalho diário; é criar e educar crianças, atender idosos, prestar suporte emocional e preparar o corpo e a mente para lidar com as pressões do mundo laboral. (FEDERICI, 2019)

Por sua vez, as estruturas salariais reforçam a divisão sexual do trabalho. À mulher é atribuída uma função secundária, complementar, como se o seu papel estivesse restrito à casa e ao cuidado da prole. Mesmo quando inseridas no mercado formal, elas ocupam, majoritariamente, postos precários, mal remunerados e desvalorizados, muitas vezes considerados uma extensão do trabalho doméstico. A violência simbólica operada pelo capitalismo atua para mantê-las nessa posição: os salários femininos são tratados como “extras” ou “de ajuda”, e as carreiras profissionais das mulheres são constantemente atravessadas por expectativas de que elas priorizem o lar. (FEDERICI, 2019)

Essa forma de dominação, invisível e persistente, é descrita por Pierre Bourdieu como *violência simbólica*: uma forma de imposição que não precisa da coerção física para se efetivar, pois atua através das estruturas mentais e culturais interiorizadas pelas próprias vítimas. A socialização das mulheres, desde a infância, as prepara para cuidar, limpar e obedecer, reforçando a ideia de que essas tarefas lhes pertencem "naturalmente". (BOURDIEU, 2012) O corpo feminino é moldado para responder às demandas da domesticidade, e o trabalho reprodutivo passa a ser visto não como trabalho, mas como extensão do ser-mulher. Como afirma Federici (2019), essa naturalização "dificulta a nossa luta dentro de casa".

Desde que o conceito de "feminino" se fundiu à imagem da "dona de casa", as mulheres passaram a carregar consigo a identidade e as competências domésticas como traços inatos. Isso repercute diretamente nas oportunidades de trabalho: as funções femininas continuam sendo pensadas como prolongamentos do que se espera delas no ambiente privado. Assim, mesmo a inserção assalariada não rompe com a lógica da reprodução — ela apenas a desloca de lugar. (FEDERICI, 2019)

Federici (2019) também alerta para um efeito colateral da estrutura salarial: a fragmentação da classe trabalhadora. O salário opera como um marcador que divide os sujeitos em "trabalhadores legítimos" e em um "proletariado invisível", como o das donas de casa. Por não receberem salário, essas mulheres são vistas como economicamente dependentes — quando, na realidade, são essenciais para o funcionamento do sistema. A figura da dona de casa, tida como "parasita", é uma construção que ignora o fato de que muitas mulheres sustentam lares inteiros, enquanto o salário familiar, exaltado em discursos idealizados, nunca foi uma realidade para a maioria (PATEMAN, 1988/1993).

Embora haja uma luta constante para dessexualizar o trabalho doméstico — por exemplo, através da tentativa de dividir equitativamente as tarefas entre homens e mulheres —, a responsabilidade pela reprodução social ainda recai majoritariamente sobre as mulheres. Isso se deve a engrenagens estruturais que perpetuam a lógica da divisão sexual do trabalho, bem como outras formas de segmentação. A diferença anatômica, construída socialmente, torna-se o alicerce para a segmentação social, refletindo, em sua forma objetiva, a cisão entre os domínios da produção e da reprodução. (FEDERICI, 2019)

Pierre Bourdieu observa que a estrutura social molda o espaço e o tempo dos indivíduos com base nesse princípio de divisão. Assim, o espaço público — como o mercado e a política — é historicamente reservado aos homens, enquanto o ambiente doméstico e os ritmos do corpo feminino, como a gestação, são relegados às mulheres (BOURDIEU, 2012). Essa separação gera uma organização simbólica do mundo em que o masculino é associado à ação e à ruptura, e o feminino, à continuidade e à reclusão. (FEDERICI, 2019)

Federici destaca que, desde que o "feminino" passou a ser identificado com a figura da "dona de casa", as mulheres foram marcadas por essa identidade e pelas chamadas "habilidades domésticas". Isso limita suas possibilidades no mercado de trabalho, onde os cargos atribuídos a elas são muitas vezes extensões do que se espera no ambiente doméstico. A classe dominante exerce um papel central na naturalização dessa hierarquia, projetando suas categorias como universais e inquestionáveis. Tais construções simbólicas fazem com que a ordem social — sexualmente hierarquizada — molde os corpos como suportes de visões e classificações que sexualizam e subalternizam. (FEDERICI, 2019)

Para Bourdieu (2012), posições, carreiras ou espaços considerados "masculinos" acabam representando uma experiência de negação para o feminino. Essa exclusão sistemática não só afasta as mulheres desses lugares, como também produz uma autoexclusão — uma "agorafobia socialmente imposta", em que elas se retiram voluntariamente desses contextos. Esse mecanismo alimenta a reprodução dos *habitus* e assegura a manutenção das estruturas que sustentam a divisão sexual do trabalho. (BOURDIEU, 2012)

Consequentemente, as mulheres continuam sendo empurradas para as margens da vida pública e para funções que espelham o trabalho reprodutivo doméstico. Essa é a essência da divisão sexual do trabalho: uma organização onde o trabalho intrafamiliar, além de não remunerado, é percebido como um atributo "natural" da feminilidade — tão arraigado que se torna invisível ou inquestionável. Tal lógica reduz a mulher a um corpo funcional, moldado para acolher e responder às expectativas da dominação masculina.

2.3 CORPO, CUIDADO E CONTROLE: A DIMENSÃO POLÍTICA DA CASA

O cuidado pode ser compreendido como um conjunto de práticas cotidianas voltadas à sustentação e à continuidade da vida humana, bem como à reprodução da força de trabalho, das dinâmicas sociais e do funcionamento da economia. Ele abrange ações essenciais para assegurar o bem-estar das pessoas em todas as fases da vida. Entre essas práticas, estão tarefas como a preparação de alimentos, a limpeza, a organização dos lares, além da atenção prestada a indivíduos que necessitam de auxílio constante — como bebês, crianças

pequenas, pessoas idosas, com deficiência ou em situações de vulnerabilidade —, que, por diferentes motivos, não conseguem realizar sozinhas atividades básicas como se alimentar, locomover-se, utilizar transporte, fazer compras ou manter a própria higiene. (AFFONSO, 2021)

Esse trabalho pode se manifestar de duas formas principais: remunerada ou não remunerada. O cuidado pago ocorre quando se trata de uma atividade profissional, exercida mediante remuneração, como no caso de empregadas domésticas, babás, cuidadoras de pessoas com deficiência ou idosas, profissionais da saúde ou da educação infantil, entre outros. Já o cuidado não remunerado é aquele que se dá no interior da família ou da comunidade, sem contrapartida financeira e geralmente fora das relações formais de trabalho. Envolve, por exemplo, cozinhar, limpar, organizar o lar e cuidar de membros do próprio núcleo familiar — tarefas fundamentais, mas frequentemente invisibilizadas pelas estatísticas econômicas e políticas públicas. (AFFONSO, 2021)

É importante ressaltar que a natureza do cuidado não está necessariamente vinculada ao local onde ele é realizado. Seja no espaço doméstico, em instituições públicas ou privadas (como escolas, creches, centros de acolhimento, casas de repouso, entre outros), o cuidado permanece sendo trabalho. Contudo, o local em que ele ocorre pode influenciar significativamente tanto a qualidade do cuidado prestado quanto a sobrecarga imposta às famílias, especialmente às mulheres que, historicamente, assumem essa responsabilidade de forma quase exclusiva. (BRASIL, 2023)

Outro aspecto relevante na conceituação do cuidado diz respeito à necessidade de interação direta ou indireta entre cuidador e pessoa cuidada. O cuidado direto envolve relações interpessoais e presença física, como brincar com uma criança, dar banho ou alimentar alguém com mobilidade reduzida. Já o cuidado indireto refere-se a tarefas que viabilizam ou sustentam o cuidado direto, como limpar a casa, cozinhar, lavar roupas ou organizar a rotina familiar. Mesmo sem a interação face a face, essas atividades são essenciais. Em contextos rurais, ribeirinhos e tradicionais, por exemplo, o cuidado também se expressa por meio da manutenção de hortas, do cuidado com animais ou da coleta de recursos naturais, fundamentais para a reprodução da vida comunitária e cultural. (BRASIL, 2023)

Por fim, dois elementos adicionais devem ser considerados para a formulação de políticas públicas voltadas ao cuidado: a recorrência com que esse trabalho é exercido e a possibilidade de compartilhamento entre diferentes esferas sociais, como famílias, Estado, empresas e coletividades. O reconhecimento dessas dimensões é crucial para a construção de sistemas de cuidado mais justos, sustentáveis e equitativos, que não depositem exclusivamente sobre os ombros das mulheres — e, muitas vezes, das mais pobres — a responsabilidade pela reprodução social. (BRASIL, 2023)

O cuidado é simultaneamente um trabalho, uma necessidade humana universal e um direito. Todas as pessoas, em diferentes fases da vida, demandam cuidados — ainda que essa necessidade se intensifique em situações de maior dependência, como na infância, na velhice, em contextos de deficiência ou vulnerabilidade. Nessas circunstâncias, o cuidado oferecido por terceiros pode ser decisivo não apenas para o bem-estar, mas para a própria sobrevivência

No entanto, no Brasil, o cuidado ainda enfrenta invisibilidade e desvalorização, permanecendo à margem das prioridades políticas. Embora seja um tema emergente, sua consolidação requer superar indefinições conceituais, estabelecer arranjos institucionais e definir estruturas de governança adequadas. Como envolve políticas já consolidadas, como o Sistema único de Saúde (SUS), o Sistema único de Assistência Social (SUAS) e a rede pública de educação, sua efetivação exige uma abordagem intersetorial, interfederativa e articulada, que garanta integralidade sem sobreposições, promovendo respostas integradas às demandas da sociedade. (BRASIL, 2023).

De acordo com estudos, o trabalho reprodutivo, ao contrário do produtivo, não gera mercadorias imediatamente. Mas é justamente ele que produz o “produto” mais valioso do sistema capitalista: a força de trabalho humana (GÓIS, 2019). Silvia Federici argumenta que a imposição histórica do trabalho doméstico às mulheres esteve sempre associada a uma ideia de natureza feminina, reforçada pela ausência de remuneração e pela ideologia do amor — como se cuidar fosse uma vocação, e não uma função social determinada. No entanto, cuidar vai muito além de limpar, cozinhar ou organizar a casa: significa manter fisicamente, emocionalmente e sexualmente os assalariados aptos para o trabalho diário; é criar e educar crianças, atender idosos, prestar suporte emocional e preparar o corpo e a mente para lidar com as pressões do mundo laboral. (FEDERICI, 2019).

É a partir dessa vertente do cuidado que a casa se torna uma dimensão política. Vê-se que o trabalho doméstico de acordo com Federici se tornou um atributo da identidade feminina e não uma atividade

reconhecida socialmente como trabalho justamente porque foi estruturado para não ser remunerado (FEDERICI, 2019). Ainda assim, as mulheres buscam inserção no mercado de trabalho para garantir autonomia financeira, pois a própria lógica capitalista impõe o trabalho assalariado como meio de sobrevivência. Não se trata de realizar tarefas por afeto, vocação ou altruísmo, mas de reconhecer que todo trabalho — inclusive o do cuidado — deve ser valorizado e recompensado.

Ao pensar no assalariamento do trabalho doméstico como uma estratégia de visibilidade, Federici reconhece, no entanto, que essa medida não representa a emancipação das mulheres, mas sim um meio tático para questionar sua invisibilização (FEDERICI, 2019). Essa proposta nos leva a refletir: seria possível atribuir valor a esse trabalho sem reproduzir a lógica do capital? A remuneração é uma via legítima de reconhecimento ou reforça a armadilha da mercantilização da vida? Quais outras formas de evidenciar e politizar o trabalho doméstico podem ser construídas fora da lógica produtivista?

Todas as respostas para as perguntas acima exigem nuances a serem levadas em consideração, através da história que cada corpo e cada casa se fundamenta. É nítido que, ao longo do tempo, o capitalismo se fortaleceu a partir de instituições como a família, sustentado pelo salário do homem e pelo casamento. A ideologia do amor romântico também desempenhou um papel fundamental ao encobrir a exploração do trabalho doméstico com afetos. A divisão entre produção e reprodução, pública e privada, sustentou uma hierarquia em que os homens detinham o poder de disciplinar o tempo, o espaço e o corpo das mulheres dentro do lar, transformando a casa em um local de controle e reprodução da força de trabalho.

2.4 A COZINHA 9 DE JULHO COMO EXPERIÊNCIA DE CUIDADO COLETIVO

A Ocupação 9 de Julho, administrada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), está localizada na Rua Álvaro de Carvalho, 427, no bairro da Bela Vista, região central de São Paulo. Instalado em um prédio de 14 andares, o espaço abriga atualmente entre 120 e 130 famílias, o que corresponde a aproximadamente 500 moradores. Mais do que um local de moradia, a ocupação transformou-se em um verdadeiro lar coletivo, onde práticas de solidariedade urbana, ações culturais e organização comunitária fazem parte do cotidiano. Esse espaço se constituiu como símbolo de resistência política, marcado fortemente por uma estrutura organizativa liderada por mulheres.

A Ocupação 9 de Julho, localizada na região central da cidade de São Paulo, é um dos principais exemplos contemporâneos de como as lutas por moradia no Brasil são atravessadas por lideranças femininas, especialmente de mulheres negras, mães solo e trabalhadoras. Coordenada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), sob a liderança de Carmen Silva, a ocupação abriga cerca de 120 a 130 famílias e se tornou um símbolo de resistência urbana, solidariedade e autogestão.

No cotidiano da ocupação, as mulheres exercem papéis centrais não apenas na organização política, mas também na condução prática da vida coletiva: coordenam a limpeza, garantem a segurança, organizam os espaços comuns, gerem a Cozinha Ocupação 9 de Julho e promovem eventos culturais, rodas de conversa, oficinas e ações de formação. Essas ações, geralmente invisibilizadas e atribuídas à “natureza feminina”, são aqui ressignificadas como práticas políticas, que fazem do cuidado uma estratégia de sobrevivência e resistência. Ao se organizarem de forma horizontal e solidária, essas mulheres demonstram como o trabalho de reprodução social pode ser exercido de modo coletivo, compartilhado e politizado. (LE MOS, 2022)

Essa realidade empírica dialoga diretamente com a perspectiva teórica de Silvia Federici, para quem o trabalho reprodutivo — historicamente imposto às mulheres e não remunerado — é parte central do funcionamento do capitalismo. Para a autora, o cuidado, a manutenção da vida e o apoio afetivo, embora não gerem valor no mercado, são indispensáveis para a produção da força de trabalho e, portanto, para a própria economia capitalista. Federici denuncia a forma como esse trabalho é desvalorizado, naturalizado e separado da esfera pública, reforçando a divisão sexual do trabalho e a opressão das mulheres. Na ocupação, contudo, vê-se o movimento contrário: o trabalho doméstico e o cuidado tornam-se instrumentos de poder e de transformação coletiva. (LE MOS, 2022)

Assim, a experiência da Ocupação 9 de Julho não apenas revela a centralidade do cuidado na vida social, mas também mostra como as mulheres podem transformar essas tarefas, historicamente associadas à subalternidade, em práticas emancipatórias, ressignificando o espaço da casa como um lugar de luta, de pertencimento e de construção de novas formas de viver em comunidade.

Desde dezembro de 2017, a Cozinha Ocupação 9 de Julho surge como uma proposta coletiva de alimentação e resistência. Idealizado pelos próprios moradores da Ocupação, em parceria com o coletivo Aparentamento, o projeto propunha almoços mensais abertos ao público, promovendo encontros em torno da

comida, da arte e da cultura, como forma de fortalecer os laços entre a comunidade e de dar visibilidade à luta por moradia.

Em março de 2018, o primeiro almoço foi divulgado pela recém-criada conta do Instagram do projeto. A proposta, inicialmente modesta, rapidamente ganhou adesão: de poucas dezenas de pessoas, passou a reunir cerca de 3 mil visitantes aos domingos. Moradores do entorno e de bairros distantes passaram a frequentar a Ocupação, tornando os almoços um espaço de convívio comunitário e de troca de saberes. (LEMOS, 2022)

O projeto fortaleceu a infraestrutura já existente no Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), como a horta comunitária e a cozinha coletiva, e impulsionou novas iniciativas, como a Galeria Reocupa, oficinas de arte e marcenaria, a Festa Junina e o CineOcupa. Com o tempo, os almoços passaram a acontecer semanalmente e envolveram uma equipe fixa de cerca de 60 moradores. Chefs convidados conduziam voluntariamente a cozinha a cada encontro, promovendo uma troca mútua de experiências com os moradores. Os pratos, que percorrem diferentes tradições culinárias, expressam a diversidade cultural do território e reafirmam a potência do alimento como ferramenta política e afetiva. (LEMOS, 2022)

Durante a pandemia de 2020, o projeto articulou a campanha “Lute como quem cuida”, em parceria com a Casa Verbo e o MST, estabelecendo a doação de duas refeições a cada prato vendido. A campanha arrecadou mais de R\$ 75 mil e distribuiu mais de 20 mil refeições saudáveis a pessoas em situação de vulnerabilidade, consolidando a prática como política permanente do projeto. (LEMOS, 2022)

Hoje, a Cozinha 9 de Julho conta com identidade visual própria, loja online, linha de produtos e um público fixo. Os almoços chegam a vender entre 600 e 1000 pratos por final de semana. Toda a arrecadação é reinvestida na própria Ocupação, contribuindo para a subsistência de famílias e manutenção de outras atividades comunitárias. Parte dos alimentos utilizados vem da horta local e de produtores agroecológicos, e as entregas são realizadas por coletivos como os Entregadores Antifascistas, em um modelo que rejeita a lógica exploratória dos aplicativos.

Mais do que um espaço de alimentação, a Cozinha 9 de Julho articula cuidado, trabalho doméstico e resistência política em uma prática coletiva e contra-hegemônica. Ao resgatar o ato de cozinhar como gesto ancestral e ritualístico, o projeto reafirma o elo entre corpo, território e memória. A cozinha, tradicionalmente associada ao trabalho invisível das mulheres, torna-se aqui um espaço público de empoderamento, autonomia e geração de renda — evidenciando, na prática, as análises de Silvia Federici sobre a centralidade do trabalho reprodutivo e do cuidado na sustentação da vida e na luta anticapitalista. (LEMOS, 2022)

O projeto representa uma forma alternativa de organizar a produção, distribuição e o consumo, onde não há mediação do Estado nem de agentes externos, mas sim o protagonismo direto dos sujeitos envolvidos. É um exemplo concreto de como o cuidado — frequentemente desvalorizado e atribuído às mulheres no âmbito privado — pode se tornar um instrumento de transformação social e de construção de novas formas de vida coletiva.

De acordo com Silvia Federici, o trabalho doméstico — historicamente relegado à esfera privada e atribuído às mulheres de forma naturalizada — constitui um dos pilares invisíveis da reprodução do capital. É por meio do trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente de forma gratuita ou mal remunerada, que a força de trabalho é mantida, alimentada e regenerada. No entanto, esse trabalho permanece invisibilizado e desvalorizado no interior das estruturas capitalistas. A Cozinha, ao tornar esse trabalho visível, coletivo e compartilhado, opera uma ruptura com essa lógica. (FEDERICI, 2019)

Nesse sentido, a Cozinha 9 de Julho pode ser compreendida como uma forma de reapropriação dos meios de reprodução da vida — conceito central na crítica de Federici ao capitalismo neoliberal. Enquanto os processos de mercantilização da moradia, da alimentação e da saúde impõem novas formas de “cercamento” da vida, as ocupações urbanas e suas cozinhas comunitárias propõem o resgate da vida comum, com base em práticas não mercantis, colaborativas e autogeridas. (FEDERICI, 2017)

A frase “quem ocupa cuida”, presente em todos os espaços da Cozinha, sintetiza essa ética do cuidado como construção coletiva. O cuidado, nesse caso, não é mais um dever naturalizado da mulher em relação ao lar, mas uma prática política que sustenta o cotidiano da ocupação, organiza a resistência ao despejo e constrói redes de solidariedade com a cidade. Nas palavras de Federici, trata-se de retomar o cuidado como forma de poder, e não como instrumento de submissão. (FEDERICI, 2019)

A organização da Cozinha também desestabiliza a tradicional divisão sexual do trabalho, ao deslocar o trabalho de cuidado do espaço doméstico privado para um espaço público e comunitário, no qual o cozinhar é ao mesmo tempo gesto de nutrição e afirmação política. Como argumenta Tithi Bhattacharya em seu livro

Teoria da reprodução social, o cuidado é um dos principais eixos da reprodução social — e, quando retirado da invisibilidade, torna-se elemento central na crítica ao capitalismo e à opressão de gênero. (BHATTACHAYRA, 2023)

Além da alimentação, a Cozinha promove eventos culturais, rodas de conversa, oficinas e apresentações artísticas, que ampliam sua função social e ressignificam o espaço urbano. Em vez de um lugar de exclusão e estigmatização, como frequentemente ocorre com ocupações na narrativa da grande mídia, a Cozinha torna-se um centro de produção simbólica, onde os saberes femininos e populares ganham visibilidade. Isso também ecoa a proposta de Nancy Fraser, ao defender a ampliação da esfera política para incluir as dimensões da reprodução social como elementos centrais de justiça e redistribuição. (FRASER, 2019)

Assim, a Cozinha Ocupação 9 de Julho não apenas alimenta seus frequentadores, mas produz alternativas de vida baseadas no compartilhamento, na solidariedade e na valorização do trabalho reprodutivo. Ao fazer do cuidado uma prática coletiva, esse espaço inscreve-se como uma experiência empírica potente de resistência feminista à lógica neoliberal de expropriação da vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma análise crítica do cuidado a partir de uma perspectiva feminista materialista, articulando teoria e prática para compreender como o trabalho reprodutivo, historicamente atribuído às mulheres, sustenta de forma invisível o funcionamento do sistema capitalista. Partindo da teoria da reprodução social e tendo como principal referência a autora Silvia Federici, buscou-se desnaturalizar a associação entre mulheres e cuidado, entendendo essa vinculação como produto de um processo histórico que articula gênero, raça e classe à lógica de exploração.

A contribuição do feminismo sobre o trabalho reprodutivo transforma radicalmente a compreensão do entrelaçamento entre patriarcado, racismo e capitalismo, bem como a própria concepção de luta anticapitalista. Ao deslocar o sujeito revolucionário para além da figura do operário fabril, as teorias feministas evidenciam que a mulher — mesmo fora dos circuitos tradicionais da produção — é central na crítica ao capital, justamente por ser intensamente explorada no campo da reprodução social. O sistema capitalista extrai, do trabalho reprodutivo feminino, uma quantidade de trabalho não pago que excede a mais-valia capturada no ambiente fabril. Como demonstrou Federici (2019), a colonização do corpo feminino e a desvalorização do trabalho doméstico foram condições estruturais para a ascensão e perpetuação do capitalismo.

O trabalho reprodutivo, apesar de invisibilizado e não remunerado, continua sendo uma atividade extenuante, majoritariamente realizada por mulheres, e incluem dimensões físicas, emocionais, afetivas e simbólicas. Entre essas, o cuidado afetivo-emocional constitui uma parte indispensável, como ficou ainda mais evidente durante a pandemia de Covid-19. As narrativas coletadas ao longo da pesquisa revelam como essa dimensão do cuidado se intensificou diante dos impactos psicossociais do isolamento, da insegurança alimentar e da sobrecarga doméstica, resultando em efeitos diretos na saúde mental das mulheres. Esse é um campo que demanda atenção e aprofundamento, pois o adoecimento psíquico das mulheres revela a face mais íntima e cruel da sobreposição entre patriarcado e capitalismo. Nesse sentido, torna-se urgente articular estratégias de cuidado em saúde mental que considerem, de modo situado e interseccional, os marcadores de raça, classe e gênero, comprometendo-se com um projeto ético e político de transformação social.

A teoria feminista da reprodução social, especialmente em sua vertente marxista recoloca no centro da crítica ao capitalismo uma pergunta fundamental: “Se a força de trabalho produz valor, quem ou o que produz a força de trabalho?”. Essa interrogação denuncia que a manutenção, regeneração e reprodução diária da força de trabalho — tarefa historicamente atribuída às mulheres — é condição de possibilidade para o funcionamento contínuo do sistema. Produzir trabalhadores é tão essencial quanto produzir mercadorias, mas esse processo permanece desconsiderado enquanto trabalho propriamente dito, reforçando a naturalização do cuidado e sua exclusão do campo político e econômico.

É nesse contexto que a experiência da Cozinha da Ocupação 9 de Julho adquire centralidade como exemplo empírico de resistência coletiva. Longe de se limitar ao preparo de alimentos, essa iniciativa ressignifica o espaço doméstico e o trabalho de cuidado como práticas políticas, promovendo uma organização comunitária que rompe com a lógica individualizante e privatizada do cuidado. A cozinha torna-se, assim, um espaço de solidariedade e enfrentamento, onde o cuidado deixa de ser um fardo isolado e se transforma em eixo de transformação social. Através da partilha, da escuta e da ação coletiva, reconfigura-se uma prática do cuidado que alimenta tanto os corpos quanto os vínculos comunitários e as possibilidades de futuro.

Valida-se, portanto, que o cuidado não pode mais ser pensado como apolítico, espontâneo ou exclusivamente feminino. Ele é trabalho — complexo, fundamental e sistematicamente explorado — e, por isso mesmo, deve ser reconhecido como parte integrante das lutas sociais. Ao evidenciar as conexões entre o corpo, a casa e a coletividade, este trabalho reafirma que a valorização do cuidado, sua socialização e sua politização são passos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e centrada na vida. A partir da teoria e da prática, o cuidado emerge como força revolucionária: um terreno fértil para resistências cotidianas e coletivas que enfrentam as opressões estruturais e anunciam outras formas possíveis de existência.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Luiza Caetano. **“Dar conta de tudo”: o trabalho reprodutivo na pandemia a partir de uma perspectiva de raça, gênero e classe**. 2021. Tese (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo. 2000

BARBOSA, Luciana Cândido. 2011. **Desvalorização e Invisibilidade do Trabalho Doméstico**: reflexões iniciais. Disponível <http://www.itaporanga.net/genero/3/05/06.pdf>>. Acesso em: 21 de junho 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. (Org.). **Teoria da Reprodução Social**: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil** [Internet]. Brasília: Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família; 2023 [citado 13 Nov 2023]. Disponível em: » <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil> Acessado em 29 de junho de 2025.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA Verônica (orgs.) **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo - SOS Corpo** – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, Recife, 2005.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, S. Sobre o trabalho de cuidado de idosos e os limites do marxismo. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, out. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/sobre-o-trabalho-de-cuidado-de-idosos-e-os-limites-do-marxismo/> . Acesso em: 07 jul 2025

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Tradução: Heci Regina Candini, v.1, 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 204 p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbbenkian, 2004.

GÓIS, Tainã. Trabalho reprodutivo e bem comum: entre a luta contra a exploração e a urgência de barrar mercantilização da vida. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, 2019, Niterói. **Anais eletrônicos**,

Niterói, 2019. Disponível em:
<https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC30/MC302.pdf> Acesso em 27 jun. 2025.

LEMOS, Martina Gonçalves. **COZINHA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO: RESSIGNIFICAÇÃO DE SI E TRANSMUTAÇÃO DA REALIDADE A PARTIR DE UM SONHO COLETIVO**. Notas sobre turismo, o protagonismo de uma ocupação e suas interdisciplinaridades. 2022. 104 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

MARX, K. **Os manuscritos econômicos e filosóficos**: Vol. 22. Textos filosóficos. Lisboa, Portugal: Edições 70. 1993

PATEMAN, Carole. **The sexual contract** Stanford, Stanford University Press. 1988

SANCHES, S.. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 879–888, set. 2009.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais, 2012.

VASCONCELOS, M. Responsabilidades Familiares. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório da Igualdade de Gênero**, Brasília, 2009.